

EDITAL DE SELEÇÃO DE PROJETOS nº 001/2017

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ 27.165.588/0001-90, com sede na Praça Jerônimo Monteiro, nº 28, Centro, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER – SEMESP, considerando o disposto nas Lei nº 13.019/2014, alterada pela Lei nº 13.204/2015, torna público, às ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL – OSCs interessadas, que através deste, realiza o chamamento público, visando a seleção de Entidades Privadas sem fins Lucrativos na área do Esporte e do Lazer para firmar parceria por meio de Termo de Colaboração para realização de projetos esportivos e de lazer no município de Cachoeiro de Itapemirim, nos termos e condições estabelecidas neste Edital.

1 - DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto do presente Edital a SELEÇÃO DE PROJETOS ESPORTIVOS E DE LAZER visando à participação de pessoas de todas as idades, atletas, paratletas e equipes nas manifestações do Esporte Educacional, de Participação, de Rendimento e de Formação.

1.2 - Os projetos deverão ser executados no período de **28 de junho de 2017 a 31 de outubro de 2017**, de acordo com calendário estabelecido pela SEMESP, após aprovação dos projetos.

1.3 - Os projetos devem contemplar uma ou mais áreas abaixo descritas:

1.3.1 - desporto educacional, praticado nos sistemas de ensino e em formas assistemáticas de educação, evitando-se a seletividade, a hipercompetitividade de seus praticantes, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo e a sua formação para o exercício da cidadania e a prática do lazer (descrição prevista na Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998 – Lei Pelé);

1.3.2 - desporto de participação, de modo voluntário, compreendendo as modalidades desportivas praticadas com a finalidade de contribuir para a integração dos praticantes na plenitude da vida social, na promoção da saúde e educação e na preservação do meio ambiente (descrição prevista na Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998 – Lei Pelé);

1.3.3 - desporto de rendimento, praticado segundo normas gerais desta Lei e regras de prática desportiva, nacionais e internacionais, com a finalidade de obter resultados e integrar pessoas e comunidades do País e estas com as de outras nações (descrição prevista na Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998 – Lei Pelé);

1.3.4 - desporto de formação, caracterizado pelo fomento e aquisição inicial dos conhecimentos desportivos que garantam competência técnica na intervenção desportiva, com o objetivo de promover o aperfeiçoamento qualitativo e quantitativo da prática desportiva em termos recreativos, competitivos ou de alta competição (descrição prevista na Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998 – Lei Pelé);

1.3.5 - lazer, caracterizado pela realização de atividades esportivas, recreativas ou de lazer, com o objetivo de promover o convívio social, a integração a aproximação familiar e comunitária.

2 - INFORMAÇÕES E FORNECIMENTO DO EDITAL

2.1 - Os interessados em participar da presente seleção poderão obter informações no endereço Rua Agildo Romero, s/nº - Bairro São Geraldo – Cachoeiro de Itapemirim/ES - CEP: 29.300-170 – no CMU – Centro de Manutenção Urbana ou pelo telefone (28) 3155-5616 e-mail: semesp@cachoeiro.es.gov.br.

2.2 - A SEMESP disponibilizará gratuitamente o Edital e os anexos aos interessados, através do endereço eletrônico: <http://www.cachoeiro.es.gov.br>.

3 - DAS INSCRIÇÕES

3.1 - As inscrições para o presente Edital estarão abertas no período de **05 de maio de 2017 a 05 de junho de 2017** e poderão ser realizadas diretamente no Protocolo da Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, situado na Rua 25 de Março nº 28/38 – Centro – Cachoeiro de Itapemirim/ES, de segunda a sexta-feira, das 12h às 17h, exceto nos feriados, ou pelos Correios através de Sedex ou AR.

3.2 - Não serão aceitas inscrições realizadas fora do período acima estabelecido. Em se tratando de inscrições realizadas pelos Correios serão consideradas as datas de postagem na agência, devidamente comprovadas.

3.3 - Não serão aceitos documentos com prazos de validade vencidos.

3.4 - Serão indeferidas as inscrições de propostas concorrentes apresentadas em desacordo com as normas, condições e especificações previstas no presente Edital.

4 - CONDIÇÕES BÁSICAS PARA INSCRIÇÃO

4.1 - Em atendimento ao artigo 33 da Lei nº 13.019/2014, alterada pela Lei nº 13.204/2015, inciso V, poderão participar do presente Edital de Seleção:

a) no mínimo, um, dois ou três anos de existência, com cadastro ativo, comprovados por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com

base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, conforme, respectivamente, a parceria seja celebrada no âmbito dos Municípios, do Distrito Federal ou dos Estados e da União, admitida a redução desses prazos por ato específico de cada ente na hipótese de nenhuma organização atingi-los;

b) experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante;

c) instalações, condições materiais e capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas.

5 - DAS VEDAÇÕES

5.1 - Estarão impedidos de se inscrever no presente Edital de Seleção:

I - Pessoas jurídicas com fins lucrativos.

II - Pessoas jurídicas cujos dirigentes ou membros da diretoria possuam relações de parentesco com membros da Comissão Julgadora até o 2º grau.

III - Servidores da SEMESP ou pessoas que possuam parentesco com estes até o 2º grau, com exceção dos servidores que se encontram aposentados (inativos).

IV - Membros da Comissão Julgadora.

V - Projetos ou documentações postados fora do período estabelecido nos itens 3.1 e 3.2.

VI - Pessoas jurídicas cujos dirigentes ou membros da diretoria sejam funcionários da SEMESP.

VII - Pessoas jurídicas que não esteja regularmente constituída ou, se estrangeira, não esteja autorizada a funcionar no território nacional, e possuam relações de parentesco com membros da Comissão Julgadora até o 2º grau.

VIII - Pessoas jurídicas que esteja omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada;

IX - Pessoa jurídica que tenha como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública da mesma esfera governamental na qual será celebrado o termo de Colaboração, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;

X - Será impedida de participar da comissão de seleção pessoa que, nos últimos cinco anos, tenha mantido relação jurídica com, ao menos, uma das entidades participantes do chamamento público;

XI – Que tenha tido as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos cinco anos, salvo previsões do art. 39º IV, a, b e c da Lei 13.019/2014;

XII - Que tenha tido contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos.

XIII - Que tenha entre seus dirigentes pessoa: a) julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação e b) considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei no 8.429, de 2 de junho de 1992.

6 - DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA INSCRIÇÃO

6.1 - No presente Edital o proponente poderá inscrever apenas 01 (um) projeto esportivo. Na hipótese de apresentar mais de 01 projeto, será desclassificado ou eliminado do certame.

6.2 - A proposta deverá ser apresentada em 01 (um) envelope opaco e devidamente lacrado contendo obrigatoriamente a seguinte descrição externa:

DESTINATÁRIO: SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER – SETOR DE PROTOCOLO GERAL DO MUNICÍPIO ENDEREÇO: Rua 25 de Março, nº 28/38 - Centro – Cachoeiro de Itapemirim/ES. EDITAL DE SELEÇÃO nº 0001/2017 IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO: REMETENTE: (INFORMAR NOME E ENDEREÇO COMPLETO)
--

6.4 - No ENVELOPE deverão constar os documentos necessários à inscrição e participação na Seleção conforme modelos disponibilizados pela SEMESP:

ITEM	DOCUMENTO PARA INSCRIÇÃO DO PROJETO – 1ª FASE
01	Ficha de inscrição, devidamente preenchida.
02	Ofício de encaminhamento com proposta de celebração de Termo de Colaboração deverá ser em versão original, datado e assinado, encaminhado ao titular da Secretaria, conforme modelo;
03	Declaração de participação no chamamento, de acordo com modelo fornecido;

04	Plano de Trabalho devidamente preenchido conforme termos do art. 22 da Lei 13.019/2014 e assinado pelo representante legal;
05	Projeto detalhado explicando a execução do plano de trabalho, croqui do projeto devidamente assinado pelo responsável técnico;
06	Modelo de Currículo
07	Comprovação de experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante; <ul style="list-style-type: none"> • atestado de experiência emitido e carimbado por organizações/órgãos públicos para os quais realizou ações semelhantes contendo a descrição do trabalho realizado, o número de beneficiários, bem como os resultados alcançados. • notícias veiculadas na mídia sobre atividades desenvolvidas.
ITEM	DOCUMENTO PARA PROJETO APROVADO – 2ª FASE
01	Declaração de capacidade administrativa, técnica e gerencial para a execução do plano de trabalho, firmada pelo representante legal da organização, de que possui instalações, condições materiais e capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas, caso seja necessário à execução do objeto pactuado quando for o caso;
02	Cartão de CNPJ da Entidade, emitida pela Receita Federal do Brasil;
03	Cópia autenticada do Estatuto da Entidade registrado atual e cópia simples de todas alterações anteriores;
04	Cópia autenticada da ata que elegeu a atual diretoria, e cópia simples de todas alterações anteriores;
05	Relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, com endereço, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB de cada um deles;
06	Comprovação de que a organização da sociedade civil funciona no endereço por ela declarado exemplo (conta de água, luz, telefone, internet ou contrato de locação);
07	Cópia autenticada dos documentos do responsável pela entidade (RG, CTPS, CNH), com competência para firmar termo de Colaboração com órgão público. Em caso de Procurador, deverá ser juntada procuração dando plenos poderes para representar a entidade. O procurador deverá apresentar os mesmos documentos requeridos para ao presidente;
08	Apresentar as demonstrações contábeis do último exercício, e relatório de aprovação das contas, assinado pelo representante legal e por profissional registrado no CRC-ES;
09	Declaração em atendimento as vedações previstas no art. 39 da lei 13.019/2014;
10	Certidão do contador responsável pela entidade e respectiva cópia da certidão de regularidade do conselho regional de contabilidade, e cópia

	do cartão do CRC;
11	Declaração do gestor responsável pelo controle administrativo, financeiro e de execução da parceria;
12	Declaração de Cumprimento de Requisitos Estatutários;
13	Declaração de publicidade aos recursos públicos, da divulgação da parceria na internet;
14	Declaração de adimplência com o poder público, firmada pelo representante legal da organização Social, de que não se encontra em nenhuma das situações de impedimento tipificadas no art. 39 da Lei nº 13.019/2014;
15	Declaração de início de atividades;
16	Declaração de comprometimento ao art. 33, quando for o caso;
17	Declaração de comprometimento de aplicação dos recursos conforme Lei 13.019/2014;
18	Declaração comprovação de endereço;
19	Declaração de Compatibilidade de Preços, assinada pelo representante legal da OSC e carimbada;
20	Declaração de Contrapartida, quando for o caso, mediante comprovação de extrato bancário, demonstrando a disponibilidade financeira quando for o caso;
21	Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho, em cumprimento à Resolução Administrativa TST nº 1470/2011;
22	Certidão negativa emitida pela Fazenda Pública Estadual ou, se disponibilizado, através de comprovantes de pesquisa extraídos via internet;
23	Certidão Negativa de Inadimplência emitida pela Fazenda Pública Estadual, através de comprovantes de pesquisa extraídos via internet - SIGEFES;
24	Certidão Conjunta Negativa de Tributos Federais relativos às contribuições previdenciárias e às de Terceiros, emitida pela Receita Federal do Brasil;
25	Certificado de Regularidade do FGTS;
26	Certidão Negativa Municipal;
27	Pesquisa prévia de mercado - Apresentação de lastro probatório quanto aos valores demandados pelo Beneficiário (mediante a adoção de qualquer meio que possibilite a efetiva constatação do preço real de mercado. Ex: orçamentos comerciais, registro de preços em vigor, contratos análogos, internet etc.);
28	Mapa Comparativo de Preços, e,
29	Declaração de que a organização não emprega menor.

6.5 - É de inteira responsabilidade do proponente apresentar a documentação solicitada em todas as fases do edital.

6.6 - O proponente poderá apresentar documentos complementares à inscrição realizada, até a data limite de término das inscrições, desde que encaminhados à SEMESP acompanhados de cópia do protocolo inicial de inscrição.

7 - DO VALOR DO APOIO

7.1 - O valor total do Projeto objeto do presente Edital é de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), contemplando no máximo de 11 (onze) projetos, sendo até 02 a nível Nacional, 01 (hum) projeto de paradesporto a nível Estadual/Municipal, até 07 (sete) a nível Estadual/Municipal/Comunitário e 01 (hum) de lazer itinerante envolvendo pelo menos 4 (quatro) distritos.

Estimativa de valores a serem disponibilizados por área de projeto	
Categoria de Projeto	Valor Máximo Estimado
02 a nível Nacional	Até R\$ 20.000,00 cada projeto
01 de Paradesporto a nível Estadual/Municipal	Até R\$ 10.000,00
07 a nível Estadual/Municipal/Comunitário	Até R\$ 5.000,00 cada projeto
01 de Lazer	Até R\$ 15.000,00
Valor máximo de Investimento do Edital de Chamamento: R\$ 100.000,00	

7.2 - Para a distribuição dos recursos, conforme item 7.1, os projetos deverão obter pontuação mínima para seleção, de acordo com os procedimentos e critérios de seleção previstos nos itens 08 e 09.

7.3 - O valor individual do "apoio financeiro" será pago em 01 (uma) parcela, a saber: I - 100% (cem por cento) – até o 10º (décimo) dia útil após a assinatura do Termo de Colaboração.

7.4 - Os contemplados que não atenderem a todas as obrigações, compromissos e normas definidas no presente Edital, durante a execução dos projetos contemplados, perderão o direito de participarem de outros editais realizados pela SEMESP, pelo período de 2 (dois) anos, além de ficar o mesmo obrigado a devolver a importância recebida, com juros de mercado e correções legais, não obstante às penas e sanções legais cabíveis.

7.5 - Os contemplados deverão utilizar os recursos financeiros recebidos da SEMESP, exclusivamente, nas despesas previstas no objeto do Projeto apresentado, pertinentes ao Edital.

7.6 - Toda e qualquer despesa a ser realizada será de responsabilidade exclusiva do contemplado, a quem é vedado o uso do nome da SEMESP ou de qualquer órgão da Prefeitura de Cachoeiro de Itapemirim para contratações de serviços de terceiros ou aquisição de bens e serviços.

7.7 - Os contemplados somente poderão iniciar as despesas previstas no Projeto Técnico após o recebimento dos recursos, previsto no item 7.3.

7.8 - Caso não seja aprovada proposta para alguma categoria de projeto previsto no item 7.1 (Nacional, Estadual, Municipal, Comunitário, Paradesporto e de Lazer), poderá ser aprovado um maior número de propostas para outra categoria, desde que haja projetos habilitados.

7.9 – Se os projetos inscritos em uma categoria não atingirem o máximo do valor pré definido, estes poderão ser remanejados para outras categorias.

7.10 – O Proponente poderá ser convocado pela Secretaria de Esporte e Lazer para adequação do seu Plano de Trabalho.

8 - DOS PROCEDIMENTOS DE SELEÇÃO

8.1 - O presente Edital poderá ser impugnado até 02 (dois) dias antes do prazo de início das inscrições.

8.2 - A seleção dos projetos inscritos será feita por uma COMISSÃO DE SELEÇÃO, designada pela Secretária Municipal de Esporte e Lazer, que será composta por, no mínimo, 03 (três) membros de reconhecida idoneidade e notório conhecimento na área Esportiva pertinente ao objeto do presente Edital, um dos quais presidirá a Comissão.

8.3 - A COMISSÃO DE SELEÇÃO analisará e selecionará os Projetos Técnicos dos proponentes inscritos no presente Edital, e procederá ao julgamento dos mesmos segundo os critérios estabelecidos no item 9, fundamentando em ata sua decisão acerca da seleção dos projetos.

8.4 - Será impedida de participar da comissão de seleção pessoa que, nos últimos cinco anos, tenha mantido relação jurídica com, ao menos, uma das entidades participantes do chamamento público. Configurado o impedimento previsto no § 2º, deverá ser designado membro substituto que possua qualificação equivalente à do substituído.

8.5 - Será vedado a qualquer membro da COMISSÃO DE SELEÇÃO designar ou nomear procurador para a realização dos trabalhos de seleção e julgamento das propostas concorrentes ao presente Edital.

8.6 - Fica reservado o direito à COMISSÃO DE SELEÇÃO, na hipótese de não haver projeto esportivo concorrente com qualidade técnico-esportiva suficiente para receber o apoio financeiro previsto no presente Edital, de não conceder o apoio.

8.7 - A COMISSÃO DE SELEÇÃO decidirá acerca do mérito esportivo dos projetos concorrentes, escolhendo os melhores segundo os critérios de seleção previstos no item 9.1, considerando a pontuação mínima de 60 (sessenta) pontos para seleção dos projetos concorrentes.

8.8 - Em caso de empate, a COMISSÃO DE SELEÇÃO procederá ao sorteio para o desempate de forma pública em data designada e divulgada pela comissão de seleção.

8.9 - A COMISSÃO DE SELEÇÃO indicará, além dos 11 (onze) projetos selecionados, também um total de 11 (onze) projetos, distribuídos de acordo com o "apoio financeiro" definidos no item 7.1, em ordem decrescente de classificação, considerados "suplentes". Para se classificarem como suplentes, os projetos precisarão obter uma pontuação mínima de 60 (sessenta) pontos.

8.10 - Os projetos considerados "suplentes" serão contratados em casos de perda do direito de contratação por algum dos projetos selecionados, ou na hipótese do proponente contemplado não comparecer para assinar o Termo de Colaboração, ou se recusar a fazê-lo, ou não apresentar todos os documentos solicitados no item 11.

8.11 - O Resultado da Seleção de Projetos do Edital, apurado pela COMISSÃO DE SELEÇÃO, consignado em ata, com indicação do nome do proponente e título do projeto, será publicado no site da PMCI (www.cachoeiro.es.gov.br) após publicação do Aviso de Resultado no Diário Oficial.

8.12 - Poderá ser interposto RECURSO da decisão da seleção à COMISSÃO DE SELEÇÃO, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da publicação do Resultado da Seleção no site da PMCI (www.cachoeiro.es.gov.br) .

8.13 - O Recurso deverá ser encaminhado através de formulário constante no Anexo XXVI, e poderá ser entregue diretamente no Protocolo da Prefeitura de Cachoeiro no horário de 12h às 17h, na Rua 25 de Março nº 28/38 – Centro – Cachoeiro de Itapemirim/ES - CEP: 29.300-100, ou encaminhado pelos Correios, através de Sedex ou AR. O Recurso deverá chegar à Prefeitura de Cachoeiro até o prazo final estabelecido no item 8.11 e não será aceita a data de postagem como prova de envio no prazo.

8.14 - O Recurso deverá ser encaminhado apenas no formulário do Anexo XXIV, não sendo aceitos outros documentos complementares sobre o projeto.

8.15 - O pedido de RECURSO será avaliado pela COMISSÃO DE SELEÇÃO e respondido através de Ata, publicada no site da PMCI (www.cachoeiro.es.gov.br), conforme endereço destacado no item 8.11. A decisão, neste caso, terá caráter definitivo e não será objeto de reexame.

8.16 - O Resultado Final da Seleção de Projetos do Edital, com indicação do nome do proponente e título do projeto, será publicado no site da PMCI (www.cachoeiro.es.gov.br), acompanhado de convocação dos proponentes selecionados, com indicação de prazo e procedimentos para apresentação à SEMESP dos documentos exigidos para contratação, conforme item 11, após publicação do Aviso de Resultado no Diário Oficial.

8.17 - A homologação não gera direito para a organização da sociedade civil à celebração da parceria.

9 - DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

9.1 - O "apoio financeiro" será concedido analisando-se os critérios técnicos e esportivos do projeto, conforme segue:

CRITÉRIOS	METODOLOGIA DE PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO
A) Excelência, originalidade e relevância do projeto:	Conteúdo relevante, concepção esportiva/lazer inovadora, capacidade de preencher lacuna ou carência constatada na comunidade onde será desenvolvido, descrição clara e objetiva da conveniência de sua execução.	0 a 20
B) Efeito multiplicador do projeto	Impacto esportivo/lazer do projeto; interesse público do projeto; importância da ação para os beneficiados, sejam estes profissionais envolvidos e/ou público participante; possibilidade de permitir desenvolvimento esportivo local e regional, no seu universo de abrangência;	0 a 20
C) Acesso do projeto ao público	Projeto com estratégias eficazes de formação de público, priorizando ou não um determinado público-alvo; com planejamento da divulgação do projeto visando maior participação; garantia de gratuidade e ações que permitam maior	0 a 15

	acesso da população, inclusive dos distritos do Município.	
D) Apoio ao Projeto.	Capacidade de agregar parcerias e alianças e outras fontes de recursos financeiros para compor a planilha orçamentária do projeto.	0 a 10
E) Acessibilidade	Projeto que apresente medidas de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e idoso com vistas ao fortalecimento da participação de maior número de pessoas.	0 a 10
F) Adequação da proposta orçamentária e viabilidade do projeto	Proposta orçamentária que especifique todos os Itens de despesa do projeto, de forma detalhada e compatível com preços de mercado, e planilha financeira que demonstre que o projeto é viável e exequível, de acordo com a proposta apresentada.	0 a 10
G) Potencial de realização do proponente e da equipe envolvida no projeto	Capacidade do proponente e dos demais profissionais envolvidos de realizar, com êxito, o projeto proposto, comprovada por intermédio dos currículos, documentos e materiais apresentados.	0 a 10
H) Capacidade técnico-operacional da instituição proponente,	Grau pleno de capacidade técnico-operacional; Por meio de experiência comprovada no portfólio de realizações na gestão de atividades ou projetos relacionados ao objeto da parceria ou de natureza semelhante.	0 a 5
A atribuição de nota “zero” em qualquer critério implica na eliminação da proposta.		

9.2 - CRONOGRAMA

Atividades	Data
a) Publicação do Edital de Chamamento Público.	05 de maio de 2017
b) Envio das propostas pelas OSCs.	05 de maio a 05 de junho de 2017
c) Etapa competitiva de avaliação das propostas pela Comissão de Seleção – 1ª Fase.	06 de junho a 08 de junho
d) Publicação do resultado preliminar 1ª Fase.	09 de junho
e) Interposição de recursos contra o	12 a 13 de junho

resultado preliminar da 1ª Fase.	
f) Análise dos recursos da 1ª Fase pela Comissão de Seleção.	14 de junho
g) Publicação do resultado após recursos da 1ª Fase para entrega da documentação pertinente à 2ª Fase	19 de junho
h) Entrega de documentação pelas OSC's dos projetos aprovados – 2ª Fase.	19 e 20 de junho
i) Análise de documentação pela Comissão de Seleção dos projetos aprovados – 2ª Fase e publicação do resultado final.	21 a 22 de junho
j) Interposição de recursos contra o resultado final (2ª Fase).	23 e 26 de junho
l) Análise dos recursos da 2ª Fase pela Comissão de Seleção.	27 de junho
m) Homologação e publicação do resultado definitivo da fase de seleção, com divulgação das decisões recursais proferidas (se houver).	28 de junho
n) Celebração da Parceria	Após 28 de junho de acordo com o cronograma de execução

10 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 - A programação orçamentária que autoriza e fundamenta a celebração de parcerias é a seguinte: Ação: 27.811.1330.000.2135.0000 – Apoio a Entidades Esportivas e Atletas.

11- DA ASSINATURA DO TERMO DE COLABORAÇÃO

11.1 - O proponente selecionado será convocado pela SEMESP para, nas datas estabelecidas no Ato de Convocação (Homologação), publicado no Diário Oficial e no site da PMCI (www.cachoeiro.es.gov.br) a comparecer pessoalmente à sede da SEMESP para assinar o Termo de Colaboração.

11.2 - A data estabelecida no Ato de Convocação dos proponentes selecionados será definida considerando prazo máximo de 10 (dez) dias corridos a contar da publicação no Diário Oficial.

11.3 - O proponente que não comparecer à SEMESP para assinar o Termo de Colaboração, perderá, automaticamente, o direito ao "apoio financeiro", sendo convocados os suplentes, pela ordem decrescente de classificação.

11.4 - O proponente selecionado deverá apresentar à SEMESP, como condição para efetivar o direito ao "apoio financeiro" e a assinatura do Termo de Colaboração, o Comprovante de abertura de conta corrente no Banco do Estado do Espírito Santo – BANESTES, específica para o termo de Colaboração solicitado, mediante apresentação de extrato bancário zerado;

12 - DA CONTRAPARTIDA

12.1. Entende-se como contrapartida a oferta de ações visando a garantir o amplo acesso da população em geral ao resultado esportivo gerado com a execução do projeto contemplado, objetivando com isso a democratização e maior descentralização do acesso aos eventos esportivos.

12.2. O proponente deverá incluir no projeto inscrito a contrapartida a ser disponibilizada, contemplando os itens a seguir:

12.2.1. Itens Obrigatórios:

a) Acesso gratuito às atividades/apresentações;

b) Apresentação de um plano de ação visando à divulgação do evento esportivo, gerado a partir do projeto pela comunidade, na localidade em que a ação será realizada;

c) Participação com a atividade esportiva e/ou projeto viabilizado a partir deste Edital em ações e programas desta SEMESP, incluindo a ocupação dos equipamentos esportivo, caso seja pertinente. 12.2.2.

d) Instalação de no mínimo 04 (quatro) placas com lona medindo no mínimo 03 metros de comprimento por 01 metro de altura de comunicação visual com logomarca da Prefeitura de Cachoeiro / Secretaria de Esporte e Lazer/ Nosso Esporte Cachoeiro para projetos a nível Comunitário/Municipal/ Estadual.

e) Instalação de no mínimo 06 (seis) placas com lona medindo no mínimo 03 metros de comprimento por 01 metro de altura de comunicação visual com logomarca da Prefeitura de Cachoeiro / Secretaria de Esporte e Lazer / Nosso Esporte Cachoeiro para projetos a nível Nacional.

12.2.2. Itens Adicionais:

a) Contemplar medidas que promovam a fruição de bens, produtos e serviços esportivos a camadas da população menos assistidas ou excluídas do exercício de seus direitos esportivos por sua condição socioeconômica, etnia, deficiência, gênero, faixa etária, domicílio, ocupação;

b) Promoção de ações que facilitem o livre acesso de idosos e pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e/ou medidas de acessibilidade comunicacional (de modo a diminuir barreiras na comunicação interpessoal, escrita e virtual).

13 - DAS OBRIGAÇÕES

13.1 - O prazo para a execução do projeto será de **Junho a Outubro de 2017**.

13.2 - O proponente contemplado será responsável pela completa execução do projeto selecionado, de acordo com o conteúdo apresentado na inscrição e selecionado pela Comissão Julgadora, bem como pelas ações visando à mobilização de público e divulgação. Quaisquer alterações de formato e conteúdo deverão ser solicitadas e autorizadas antecipadamente pela SEMESP.

13.3 - O proponente contemplado deverá participar de reuniões presenciais em Cachoeiro de Itapemirim-ES, promovidas pela SEMESP, em datas a serem definidas posteriormente, para acompanhamento e articulação em rede dos projetos contemplados pelo Edital.

13.4 – A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil, deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros, das seguintes informações e documentos:

I - ofício de encaminhamento;

II - cópia do Plano de Trabalho aprovado e Aditivos;

III - cópia do Termo de Fomento, com a indicação da data de sua publicação;

IV - extrato da conta bancária específica;

V - deverá ser apresentando o Extrato de Conta Bancária específica do período do recebimento da parcela única ou da primeira parcela até o último pagamento;

VI - deverá ser apresentando o Extrato de Conta Bancária de Aplicação Financeira, de todo o período da conta;

VII - Conciliação Bancária, quando houver;

VIII - Comprovante de depósito na conta do Tesouro Municipal, quando houver devolução de recursos não utilizados.

IX - notas e comprovantes fiscais, com seus respectivos recibos, com data do documento, atestadas os serviços e/ou material, valor, dados da organização da sociedade civil e número do instrumento da parceria e guias de recolhimentos de INSS, ISS e FGTS;

X - Relação de Pagamentos Efetuados, por ordem cronológica do extrato;

- XI - Relatório de Execução Físico-Financeira;
- XII - Relatório de Execução da Receita e Despesa;
- XIII - cópia de Cheques (que deve ser emitido nominal a empresa prestadora dos serviços), ou transferência bancária (TED/DOC);
- XIV - Relatório detalhado, contendo: cópias de Fotos/ vídeo/ imagens/ jornais (devidamente acompanhado do arquivo original, salvo em CD) ou a critério do Conveniente, apresentar os originais ou qualquer registro que comprove de maneira inequívoca a execução do item/ação constante no Plano de Trabalho, de modo que fique evidenciada a utilização da logomarca do apoio pelos órgãos e entidades da administração pública Municipal, onde ocorreu a ação, a data em que ocorreu o registro e, quando for o caso a ação para qual se faça necessária a identificação específica, além de todos os respectivos documentos fiscais comprobatórios.
- XV - relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso; e
- XVI - lista de presença do pessoal treinado ou capacitado, quando for o caso.

§ 1.º Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.

§ 2.º A organização da sociedade civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até 30 (trinta) dias a partir do término da vigência da parceria ou no final de cada exercício, se a duração da parceria exceder um ano.

13.5 - A prestação de contas relativa à execução do termo de fomento dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, bem como dos seguintes relatórios:

- I - relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;
- II - relatório de execução financeira do termo de fomento, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.

14 - DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES

14.1 - Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019, de 2014, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:

- I - advertência;

II - suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

III - declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

Parágrafo único. As sanções estabelecidas nos incisos II e III são de competência exclusiva de Secretário Estadual, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

14.2 - Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

14.3 - A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

15 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 - Os proponentes contemplados que estiverem inadimplentes com a SEMESP ou com a Administração Pública Municipal não poderão receber os recursos previstos no presente Edital de Seleção, hipótese em que serão desclassificados.

15.2 - O proponente obriga-se a divulgar o brasão da Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim – Secretaria de Esporte e Lazer, em todas as peças promocionais relativas ao projeto, como cartazes, banners, folders, convites, e-mail marketing, post em redes sociais, bandeiras, outdoors, etc, nos locais de realização da ação. Obriga-se, ainda, a mencionar o apoio recebido em entrevistas de áudio, vídeos e outras mídias de divulgação do projeto. Antes da veiculação de qualquer material promocional, o proponente precisa encaminhar para aprovação do Setor de Comunicação da Prefeitura de Cachoeiro, através do e-mail semcos.gabinete@cachoeiro.es.gov.br, especialmente no que se refere às alíneas “b”, “c”, “d” e “e” do item 12.2.1, deste edital.

15.3 - Na divulgação do projeto contemplado é vedada a utilização de nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

15.4 - Os proponentes contemplados pelo presente Edital deverão utilizar os recursos financeiros recebidos exclusivamente em despesas pertinentes à execução dos projetos contemplados.

15.5 - A inscrição do proponente configura na prévia e integral aceitação de todas as condições estabelecidas neste EDITAL.

15.6 - Na hipótese de a organização da sociedade civil selecionada não atender aos requisitos exigidos nos arts. 33 e 34 da lei nº 13.019/2014, alterada pela lei nº 13.204/2015, aquela imediatamente mais bem classificada poderá ser convidada a aceitar a celebração de parceria nos termos da proposta por ela apresentada.

15.7 - Os casos omissos do presente Edital serão decididos pela Comissão e aprovada pela Secretária de Esporte e Lazer.

15.8 - À Secretaria de Esporte e Lazer fica reservado o direito de prorrogar, revogar ou anular o presente Edital, havendo motivos ou justificativas para tais procedimentos devidamente apresentados nos autos do processo de origem.

15.9 - Fica eleito o foro da Comarca de Cachoeiro de Itapemirim para serem dirimidas quaisquer questões decorrentes do presente Edital.

Cachoeiro de Itapemirim, 04 de maio de 2017.

Lilian Siqueira da Costa Schmidt
Secretária de Esporte e Lazer